



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 8 DE Abril DE 2013

Acta n.º 33

Aos oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e seis de Março, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação das actas das sessões de 26-07-2012, 28-09-2012, 03-10-2012 e 11-10-2012; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Património e Equipamentos Escolares para o Município de Albufeira;-

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Alteração ao Regulamento do Museu Municipal de Arqueologia, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de alienação das participações sociais que o Município de Albufeira detém na Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A, ao abrigo do n.º 1 do art.º 50/2012, de 31 de Agosto;-----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2013, conforme determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património do ano de 2012, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO OITÁVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2012, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do processo relativo à contratação de um empréstimo bancário para reequilíbrio financeiro, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro; -----

PRESENCAS: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Nuno Miguel Martins Laje e Lisboa (membro suplente PSD), Vitor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia



Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira Oliveira (PS), Manuel José Guerreiro Gonçalves (membro suplente PSD), Vitor José Correia Maria Vieira (PSD), Luis Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela Serra (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Rolo, dos Vereadores em regime de permanência, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira, Ana Filipa Simões Grade Pífaros Dinis, Paulo José Rato Dias, e da Vereadora em regime de não permanência Francelina Lourenço.-----

FALTAS: Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), Presidenta da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Vereador David Martins.-----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Ana Cristina Oliveira, Florbela Caixinha, Ana Luísa Simões, e Vereador David Martins, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Nuno Lisboa, Manuel Gonçalves, Luis Fernandes, Alberto Saraiva, e Francelina Lourenço. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com a tomada de posse de dois novos membros do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira, devido a alterações na sua composição (doc. anexo à acta). -----

Depois da tomada de posse dos Membros do Conselho, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Carlos Ventura apresenta e lê intervenção escrita. (doc. 1)-----



SE A VERDADE SERÁ DITA CARNE COMO MESMO
 PEIXE PRECISO OS RESGATES A NORMALIDADE DA
 ALIMENTAÇÃO / PRECISO A LIBERDADE DE PRECISO
 A INDIFERENÇA MAS COM OS OUTROS NÃO / A CUL-
 TURA INTERNACIONAL / ENTÃO A LEM DE UNIVERSO
 INSERIR / A LOCAL / AO UNIVERSAL DE VIRSSFI-
 CADO A ARTE DA COMPETÊNCIA DA NORMALIDADE
 O PLANO DE PRODUZIDOS O INDIVIDUALISMO
 A INTERESSA DO FUTURO / A RACA HUMANA
 UMA PESQUISA PARA COME CARNE DE CAVALO
 NÃO ME ALIMENTA DA ARTE DO DOMÍNIO
 DE TÃO VALOR DE DIGNIDADE A ANIMAL
 SE ALTERAR O CONTEÚDO FALSIFICANDO
 POR DESSA VERDADE COM A MENTIRA
 EM VÍZ DE CAMINHOS PARA LUGOS DE
 ESTRADAS POR DEFINIR / ESTABELECER DEPER
 CEBIDOS / TRABALHAR POR A LIMENTAR / RESAI-
 DIA O CONTEÚDO A ARTE A CIÊNCIA A
 SENSIBILIDADE / O COMPROMISSO / POR OSSI
 POR O OBJETIVO POR O PLANO POR
 A HUMANIDADE / POR A SENSIBILIDADE / DE
 CONSCIÊNCIA MENTAL / A IGUALDADE /
 ATIMBIR O VERBO SABER IGUALDADE
 SERMOS DIGNOS DO QUE O PENSAR LIVRE
 NOS PROPORCIONA / POR PERMITE LIVRETER
 A A DEMOCRACIA A POLÍTICA AVALIAR
 A LIBERDADE DO PENSAMENTO / NÃO A
 PROVOCAÇÃO DO MEDO DA RETRIBUIÇÃO
 INDETERMINADA DA PROPRIA DA VERDADE
 PROCEMO A INEQUILIBRADA SE ENCONT
 DOS PENSAR / TENDO A DIFERENÇA



DOS PROBLEMAS INDETERMINADOS /
O INDIVIDUALISMO O PROVOCA O QUE COM
OS VOTOS NÃO PROVOCA A FOMTA A MISS-
SUA A ESTRATÉGIA PROCEDE DE QUE
ESCREVE PALAVRAS DE INSTRUÇÃO / LÍVIA
INDESAISMENTE A LUTA VIVENDO A JUSTIÇA
A DITA INDESAISMENTE DE ESCOLAS EM
VIBRÂNCIA DE INTERESSES AMORAIS
POR CONSERVARE SAUDE AS PALAVRAS
DE QUEM BUSCA PROCEDE A LIBERDADE
DE PENSAMENTO / SAUDE A DIVERSIDADE DO
CONCEITO DO APROXIMAR DA SOCIEDADE DE
COMPETÊNCIA COM A ALTA DO DOUTOR
DO CONHECIMENTO NA PROCEDE DO HUMANU
NOVO DISPERTO

VÍTOR LARCA 1932 A 1973
DARRA MARVILET PAMPA FORA / A DITA.
TUAR PLOCHET ASSASSINADO PATEU
AC MÃO DE POIS MANSA LAR TORAL
ASSASSINADO. PRIVADO O CORPO DE
BAZAS / SALVADOR AZEVEDO
FOI ASSASSINADO AO PALACIO
DA MOEDA

SU' VÊ QUEM NÃO QUER VER
A DIFERENÇA DA SOCIEDADES O MAI
ESTAR / PROVAVEL O NÃO A LIBERDADE
DO OZMAN DA VERDADE

A LUTA CONTINUA



PORQUE NÃO SE VIVE INTENSAMENTE A LI-
 BERDADE / PORQUE O POVO SOFRE
 VIVE-SE A INIMICAÇÃO DA SAÚDE E
 VERDADE / E A VERDADE É NEGADA
 VIVE-SE A AGONIA DOS POVOS / O GENOCÍDIO
 UNIVERSAL / VIVE-SE A INDIFFERENÇA
 VIVE-SE O OBSCURO DO CONSELHO
 VIVE-SE A MISÉRIA A FOME O NÃO DO
 TRABALHO A ESCRAVATURA
 TODO O HUMANO LIVRE / TODO O PENSAR
 O PENSAMENTO DE LIBERDADE / INSURGIR
 A CARIDADE / LIBERTAR A JUSTIÇA DE
 FALAR O SER / POR O SER / AO SER HU-
 MANO NOVO
 NÃO SE CALAR
 O PENSAR É LIVRE É UNIVERSAL
 TRANSVERSAL EM TODOS TEMPOS
 MUITOS HUMANOS MORREM POR A
 LIBERDADE POR A BUSCA INDEFINIDA
 O HUMANO NASCE LIVRE DE DIREITO
 DEVERES
 RESPEITAR OS DIREITOS HUMANOS
 O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO
 AO PENSAMENTO À CAUSA
 DIREITO À ALIMENTAÇÃO AO TRABALHO
 À HABITAÇÃO À CULTURA À SAÚDE
 À PAZ À DIGNIDADE
 NÃO SE CALAR PORQUE FORAM ZOMBA-
 DE MAIS
 NO PENSAMENTO DE PAZ / REFUGIO A
 INIMICAÇÃO



FALTA AO POVO ENTENDER TODOS ESTES 7
 ANOS AS DIFERENÇAS DE QUEM GOVERNA
 NO ALBUFEIRA A SUA ESPERANÇA
 DE MEMÓRIA AMBIGUADA DO POVO
 ELES E PROCLAMADOS
 O PENSAMENTO E VIVER E OS CAUSAS
 RECURSO A INTIMIDAÇÃO COMO RECURSO
 POR PARTE DE TÉCNICO ME ENVIAR
 PARA O SR. CARVALHO/COMO NA
 VERGUNA MEU CASA ME EXLIMAR
 BASTANTE OUTROS EUI VITIMA VARIOS
 KM DE TÁXIL AO ESPACO DE 50
~~DE TÁXIL MEAS~~
 MEU NÃO O RESERVAO O FORM-
 TO DE FUNCIONARIOS CAMARADIOS O
 GNATAMENS ME INFLIGIRAM
 NÃO ME CAZAR E O POVO SOFRE
 O POVO E SOBREVIVEM
 OU O TROCANO ME ROUBAM EM
 BENEFICIO DE UM VANDAL
 CONSTRUINDO OSSIMO TERRELO
 A SEU FAVOR POR A GRANDE E
 DARDIM DES SERRA
 O LOCAL TEM COMO FLOTA TAL
 SITUAÇÃO ERGUA UMA CURVA
 NÃO ME CALO RECURSO A INTIMIDAÇÃO
 ACESSO E SE SOBESSE QUEM
 E CORRUPTO PODER CREAR
 DE MUNICIPA AQUI NA ASSEMBLEIA
 ENTA SE NÃO EX A INDADEEN
 RES RESPONSABILIDADES A VERDADE



O PRESIDENTE DA REPUBLICA AFIRMA
EXISTE CORRUPÇÃO E JÁ SE ENCON-
TRAM OS DIVULGADOS DO B.R.V. A CACOE
SE EM ALBUFEIRA EXISTE A VERDADE
DEGRADARAM DEGRADARAM A CIDAD
ME PERGUNTO SE COMO PESSOA NÃO
TENHO O DIREITO A LAZ. SE SE EXISTIU
OU SE EXISTE CORRUPÇÃO
SE COMO HUMANO LIVRE TENHO LIVRE
MENTE ^{PRÓPRIO} REPRESENTAÇÃO SEM ILTI-
MIDADA DE AVERIGUAR EXISTIA DE
QUEST. POR DIREITO EM LOSBA EX
SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA E
DA PESSOA DO SR. PRESIDENTE DA
C.A. COMO QUEDOU OS 126.000.000
EUROS AOS 6.000.000 DE EUROS AS
EMPRESAS DA ÁGUA / AOS 26.000.000
DÍVIDA DE ÁGUA A COMPANHIA
AOS 350.000.000 DE EUROS / AOS 26.000.000
O POVO FAZ A DE INDÚSTRIA / WILS COM
TRUÍRAM COMO SE PROCESSOU AO
PORQUE A LÉGE OS PARLAMENTARES
OS ORÇAMENTOS NÃO CONSTRUÍAM
APÓS VENDA TERCEIROS CONSTRUÍAM
EXISTIU AO VASTO TERRITÓRIO EM
ALBUFEIRA E EM CONJUGAL
A SALVA GUARDA A VERDADE SÃO
VS SE OS DEVEIT INDICAR SE EXISTE
VERDADE DA VERDADE DO POVO
MENTIU TODO O TEMPO
NÃO ME CAIALE SÃO VOCÊ DEVEN
INDICAR SABER A VERDADE



FAZAM DO POVO ~~INTERVENIR~~ TODOS ESTES 2
 ANOS AS DEFENSAS DE QUEM GOVER-
 NOU A7 BUFEIRA A SUA ESPIONAGEM
 DE MEMORIA HAMBIGAL DO POU-
 LEJOS E PROCLAMADO
 O PENSAMENTO E LIVRE E OS CAUSAS
 RESUSO A INTIMIDACAO COMO RESUSO
 POR PARTE DE TEOFICO ME ENVIAR
 PARA O SR. CARVALHO/COMO NA
 VERGUNA MAS CADA ME ENVIAR
 BASTA OUTRO QUE VITIMA VAMOS
 KM2 DE TACIL AO ESPACO DE ~~56~~
~~DE TACIL MEAS~~
 ME NOS NAU O RESUSO O TON-
 TO DE SULLIONARIOS CAMARADIS O
 GNATENSUS ME INTIMIDACAO
 NAU ME CAZAR ~~o POU~~ SORTE
~~o POU~~ ~~o SOBRADO~~
 OU O TERRENO ME RONBATAM EM
 BENEFICIO DE UM VAREJAN
 CONSTRUINDO OSSUINHO TERRELO
 A SEU FAVOR POR A GRANDE E
 DA RUA DAS SERRAS
 O 20 CAL TEM COMO FOLTA TAL
 SITUACAO FIZERAM UMA CURVA
 NAU ME CALO RESUSO A INTIMIDACAO
 ACESSO E SE SOUBESSE QUEM
 E CORRUPTO PODER CRESCER
 OS MUNICIPAIS AQUI NA ASSEMBLEIA
 ENTA SE NAU ~~EX~~ A INTIMIDACAO
 RESUSO SABILIDADES A VERDADE



O POVO SÓ TEM QUE POR DEVER
 CONDUZIR A POLÍTICA NA DEFESA
 DOS INTERESSES DO TODO
 POR CONSEQUENTE SOU POR A
 LIBERDADE TENHO POR LIBERDADE
 INDIVÍDUO QUE INDEPENDENTE
 NÃO ME CALAREI SEMPRE
 RESPEITANDO EXISTINDO RESPEITO
 À MINHA PESSOA AO POLO AOS
 TRABALHADORES
 VÃO VER O TANCIL UMA VERGONHA
 O QUE FIZERAM AO POLO A MINHA
 PESSOA SE FOSSE SÓ A MINHA
 PESSOA / MAS O POVO SÓ TEM
 POR AS CONSEQUÊNCIAS DA ALTA
 DÍVIDA MELHOR RESILIR DESTRUI-
 RAM A GESSÊNCIA CULTURAL
 DE METRODIA/DESTRUINDO A BUEIRA AO
 LÃO ME CALAREI ^{SUA CAPACIDADE TUNICIN} REFUSO A
 MEDIANEIRISMO/ REFUSO A
 INESTABILIDADES/ NÃO FALEI DE
 QUE X OU X É CORRUPTO SIM
 A CAUSA É A VERDADE CONFE
 CIONA A VERDADE A VERDADE
 REFUSO A RESPONSABILIDADE REFUSO
 A INESTABILIDADES



DO SENSO EU HE EXPRESSO NA AFIR-
 MANDO SIM AS CAUSAS DE NA OB-
 RENCIA / NA AFIRMAÇÃO DO POLO
 SERÁ VER PREFERENTE A FIM TAMB
 POLO E' HEATUOSO / SERÁ ISCU
 SERÁO VER DEVER AVERIGUAR POR-
 QUE POLO HEISTO POLO VOSSA POLI-
 TICA E' QSTESTO EM CAUSA
 NÃO HE CALADEI A INTERLOCAÇÃO
 COMO VER SR. PRESIDENTE DO
 ASSEMBLEIA ESTAO CORRER
 O PUSOS IGUALS CALADES PREFERE
 FAZER AO TERCEIRO ABAIXO DO CLUB
 DE PESCA / POR GOVERNO PREFERE
 OS O DISPERDUO DE SALGADO PASSO
 AOS SALGADOS PREFERE CHORO
 SOZ E TAMB BASTOS OUTROS
 A INDUSTRIA DEGRADADA A LUTA
 POR A LIBERDADE IGUALDADE POR A
 BURGUESIA UNIVERSAL

NÃO A INTERLOCAÇÃO
 NÃO HE CALADES NÃO

NÃO HE CALADES: EM QUALTO EXISTE
 LIT SO SSO HUMANO VA AO
 PAIXATE DO ZEXO BURGUESIA OS RESTO
 A S E A LIGERENTIA / OS EXISTEN
 O DISPERDUO UNIVERSAL
 NÃO HE CALO A INTERLOCAÇÃO



REORGANIZAR A SOCIEDADE EM FAVOR DA
 SOCIEDADE A SOCIEDADE É O POVO
 EM FAVOR DO PLANEJA DO COLESTILO
 O INDIVIDUALISMO NO DESENVOLVIMENTO DO
 EQUILIBRIO PROVOCA O AQUECIMENTO
 GLOBAL / DEVE SE RECORDAR O SACO DO
 LIXO / DEVE SE RECORDAR AS MINHAS
 POSIÇÕES DEVE SE RECORDAR AS
 RESPOSTAS NO MUNDO QUE SE CHAMAM
 A LUTAR POR A VERDADE POR O
 PLANETA POR A HUMANIDADE / POR
 O POVO UNIVERSAL /

POR O POVO POR PAIS ONDE NASCI
 POR A PAZ QUE NASCI PRESO
 UM DIA ME DISSE QUE NÃO TINHA
 FEITO NADA POR A MINHA

TERRA

POR A INDIFERENÇA / POR A JUSTIÇA
 POR A IGUALDADE
 LUTO / POR A INDIFERENÇA A INTELIGÊNCIA
 O RACISMO / POR A INTELIGÊNCIA
 O LUTO COM AS CATASTRAS DE
 LIBERDADE DE JUSTIÇA

NÃO O DISPOSITIVO DE LIBERDADE
 LIVRES INDEPENDENTES DE DIREITOS
 E DEVERES QUE SE ALCANÇA COM O
 COLESTIVO SOCIAL

NÃO A INDIFERENÇA A INTELIGÊNCIA
 A INDIFERENÇA AO RACISMO / NÃO A INTELIGÊNCIA
 COM A INTELIGÊNCIA



RESOLUÇÃO DOS SENADORES/A HGRU.
 PARA A IGUALDADE / DIVERSIDADE
 A RESPOSTA DOS DIREITOS HUMANOS
 A RESPOSTA À A INEGALIDADE

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta.-----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Carlos Lima: "Eu sinto-me um bocado incomodado, como membro desta Assembleia, depois de ouvir a intervenção do público, que nem sequer merece resposta, quando essa resposta faz sentido. Custa-me um bocado estar a dizer o que estou a dizer, só que acho que todo o cidadão tem direito de ser ouvido e depois tem direito também de receber uma resposta, poderá ser aquela que não gosta, mas qualquer cidadão deste



concelho merece que esta Assembleia reflecta nas palavras que ele diz, e se poder fazer alguma coisa, quando essas pessoas pedem intervenção nesta Assembleia, acho que nos compete a nós intervir dentro daquilo que nos for possível. Custa-me um bocado, eu sei que as pessoas são repetitivas, vêm aqui cinquenta vezes e dizem cinquenta vezes a mesma coisa, só que eu vejo isso de maneira diferente, essas pessoas vêm aqui tantas vezes, se calhar daquilo que dizem, é capaz de haver algumas coisas que dizem que fazem sentido, e que merece mais a nossa atenção e a nossa reflexão. Custa-me que as pessoas fiquem sem resposta, ou pelo menos dizer que registamos aquilo que disse, e vamos tentar fazer qualquer coisa. Isto não é criticar ninguém, custa-me um bocado que as pessoas venham aqui, falem, e que nem sequer se demonstre que esta Assembleia esteve atenta ao que as pessoas dizem.”-----

Presidente da Assembleia: “Face a isso que acabou de dizer, o senhor Carlos Ventura vem aqui frequentemente, e o que acabou de dizer, que ouvi ou deixei de ouvir, como já referi anteriormente, pedi os processos todos dele, onde ele se queixava de ilegalidades praticadas contra ele, convoquei-o a estar presente comigo no gabinete da Assembleia, vimos os dois os processos todos, pessoalmente não detectei nenhuma ilegalidade, se houvesse alguma coisa a fazer, teria de ser via judicial. Nunca houve aqui indiferença da minha parte, sempre o tenho escutado nesta Assembleia, mas o discurso tem sido sempre dentro do mesmo registo, e tentei, só que não consegui, verifiquei tudo, os processos um por um, e nesse aspecto estou de consciência tranquila. Quanto a dar aqui mais uma resposta, o senhor Carlos Ventura já tem por hábito, não sei se repara, fazer a sua intervenção e ir-se embora. Porque a questão que se colocou, segundo o que ele diz, de ilegalidade que se passou há muitos anos, não tenho dados que me permitam, para além daquilo que ele me diz, depois de verificar os processos todos, não consegui detectar nada. Indiferença não tem, o senhor insiste em vir sempre aqui falar, e nós temos de ouvir, mas eu já não tenho resposta para lhe dar, já lhe tentei dar, e mesmo ele também já não quer respostas, ele acaba as suas intervenções, deixa-nos o escrito, e vai-se embora. Ele sente-se injustiçado, e é para isso que há a justiça, eu disse-lhe isso na altura, porque se eu tivesse detectado alguma ilegalidade, eu poderia eventualmente, propor a esta Assembleia que se tomasse alguma atitude, mas eu não detectei. Os membros da Assembleia se quiserem consultar os processos, podem fazê-lo, é uma questão de se pedir os processos à Câmara, para consultarem. Eu pessoalmente, e a Assembleia em si, não vejo o que possa



fazer."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----

PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 26-07-2012, 28-09-2012, 03-10-2012 e 11-10-2012; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: acta da sessão de 26/07/2012-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Manuel Gonçalves, Alberto Saraiva. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Vitor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: acta da sessão de 28/09/2012-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Manuel Gonçalves.-----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Vitor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A acta é aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO: acta da sessão de 03/10/2012-----



Votos Contra: zero (00) -----
Abstenções: duas (02) Manuel Gonçalves, Alberto Saraiva.-----
Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
Ausências: zero (00) -----
 A acta é aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO: acta da sessão de 11/10/2012-----
Votos Contra: zero (00) -----
Abstenções: duas (02) Manuel Gonçalves, Pedro Farinha.-----
Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Luís Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
Ausências: zero (00) -----
 A acta é aprovada por maioria.-----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----
 O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente: "Questionava ao senhor Presidente, na página quinze, onde diz o seguinte, relativamente à estrutura do endividamento relevante para efeito de determinação da respectiva capacidade, de momento, não é possível disponibilizar esta informação com exactidão uma vez que, o ano de dois mil e doze ainda não se encontra encerrado."-----

Presidente da Câmara: "Essa questão tem a ver com a informação que os serviços deram. O ano de dois mil e doze só será encerrado com os quadros das aplicações de contas. O ano já lá vai há muito tempo, é uma questão técnica da Divisão Financeira."---



Carlos Lima: "Tenho duas questões, é sobre duas deliberações, gostava que o Presidente precisasse melhor, o que quer dizer com isto. Uma delas, eu suponho que foi na festa do basquete, que houve aqui uma contra partida, que uma unidade hoteleira começou a utilizar as piscinas. Acho que é um bom caminho, um caminho a desenvolver, com protocolos, para potenciar e melhorar a utilização das piscinas. Agora não sei se isto foi só durante o evento, ou se o protocolo é mais alargado. É essa a dúvida. A outra, é uma deliberação sobre os transportes dos clubes, e a cedência de combustível, porque fala aqui de saídas fora do Algarve, em mil litros por deslocação, para eventos que façam parte do calendário competitivo federado, e depois fala em cem litros por deslocação em outros eventos que a Câmara ache relevantes que sejam levados a cabo pelos clubes. Achei estranho, mil litros por deslocação, só se levarem um atrelado atrás para levar mil litros. Não sei se fui eu que li mal. É que fala mil litros por veículo, e isto é por deslocação?"-----

Vereador Paulo Dias: "A primeira questão não tem a ver com a festa do basquete, tem a ver com o alojamento das equipas para a volta ao Algarve, nós ficamos responsáveis por proporcionar o alojamento, como não tínhamos verbas para o fazer, fizemos uma parceria com o Hotel Real BellaVista, que eles têm as piscinas deles em obras, e portanto, alguns clientes estão a utilizar as piscinas municipais, em troca eles arranjam-nos os alojamentos para três equipas. Relativamente à questão do combustível, há aí uma confusão, o que nós estamos a dar é, fora da região, o total de cada clube não pode ser superior a mil litros, ou seja, pode abastecer inclusivamente cem litros. Cem litros que é, normalmente, o total de abastecimento de uma carrinha. Os mil litros são, no fundo, uma margem que nós estabelecemos para não ser ultrapassado."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Património e Equipamentos Escolares para o Município de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Presidente da Assembleia: "Em relação a este ponto, eu tenho alguma dúvida que esta Assembleia tenha legitimidade para deliberar sobre esta matéria."-----

Presidente da Câmara: "Esta transferência de património tem a ver com a transferência de competências, que no final do ano de dois mil e oito, o Ministério da Educação passou para os municípios. Ao serem transferidas competências, foram também transferidas competências na área do património, isto é, na área da manutenção das escolas do segundo e terceiro ciclos. E em Albufeira temos cinco



escolas do segundo e terceiro ciclos, que na altura eram propriedade do Ministério da Educação, e com a transferência de competências, e tendo em conta o Orçamento Geral de Estado, e isto decorre da Lei do Orçamento Geral de Estado, a transferência destas escolas. São as escolas de Paderne, Ferreiras, Francisco Cabrita, Diamantina Negrão e Martim Fernandes, são as cinco escolas que eram do Ministério da Educação, e que passaram a ser património do município. Não é propriamente uma deliberação para dizer se é de se aceitar ou não, uma vez que isso decorre da Lei, é apenas para que o valor seja considerado neste inventário de património."-----

Presidente da Assembleia: "Proponho que se delibere tomar conhecimento da Transferência de Património e Equipamentos Escolares para o Município de Albufeira." Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a sua proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-TOMADA DE CONHECIMENTO -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Manuel Gonçalves, Vitor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Alteração ao Regulamento do Museu Municipal de Arqueologia, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Manuel



Gonçalves, Vitor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de alienação das participações sociais que o Município de Albufeira detém na Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A, ao abrigo do n.º 1 do art.º 50/2012, de 31 de Agosto;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "É só para perguntar ao Presidente quais os valores e quais as implicações que tem para o município esta alienação?"-----

Presidente da Câmara: "Esta alienação tem a ver com cerca de mil euros, são acções que o município de Albufeira detém nessa empresa. A Globalgarve, como sabe, é uma sociedade de natureza privada, participada por entidades públicas. Penso eu que, todos os municípios são sócios desta empresa. Foi apresentado em reunião de Câmara um parecer da CCDR-Algarve dando instruções que nos três últimos anos o resultado líquido foi negativo, portanto impõe-se, em cumprimento do artigo septuagésimo, do RJAEL, que os municípios procedam, no prazo de seis meses, à alienação integral das respectivas participações. Todos os municípios estão a tomar esta decisão de alienar as participações, que são pelo quantitativo de mil euros distribuídos por cem acções. Esta empresa foi formada essencialmente para trabalhar com fundos comunitários, nomeadamente no âmbito das técnicas de informação, nós tivemos um projecto bastante razoável, com alguma dimensão, foi a ligação, há cerca de quatro anos, de todos os edifícios municipais à rede de fibra óptica, o posto de Wifi que temos aqui fora, é propriedade da Globalgarve, a questão da manutenção do site também é da Globalgarve, há uma série de acções que a Globalgarve efectua. Está sendo negociado com algumas empresas privadas, houve realmente uma negociação, interessada pelo conselho de administração há dois meses, onde havia duas empresas privadas que estariam com alguma intenção de negociar, mas não houve mais informação detalhada sobre esse assunto, e dia vinte e dois está previsto um processo eleitoral, uma vez que os municípios vão deixar de ser associados, terão de sair dos corpos sociais."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----



Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Vitor Clemente, Francisco Oliveira e Carlos Lima.-----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vitor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

Presidente da Assembleia: "O Presidente da Câmara propôs passar o ponto sexto para o ponto oitavo, por uma questão de sequência de deliberações. Alguém se opõe? Ninguém se opõe."-----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património do ano de 2012, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima e Sara Serra. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2012, ao abrigo da alínea c)



do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente: "Irei ser muito breve nesta situação, julgaria eu que surgisse da parte dos elementos da Assembleia, da força política que detém a maioria, que viesse a fazer uma defesa sobre a gestão de dois mil e doze. Iria questionar ao senhor Presidente, alguns pontos, se bem que a distribuição de toda a documentação fosse muito vasta, pela via internet, que nem sempre temos a possibilidade de ter a melhor leitura, é um documento voltado para baixo, outro voltado para cima, outro para a direita e outro para a esquerda, mas quem se preocupa com estas situações tem por obrigação de se munir da parte dos documentos. Assim o fizemos, mas não estudámos muito aprofundadamente. É certo que, a gestão da Câmara, irá fixar-se em termos percentuais na casa dos cinquenta e quatro/cinquenta e cinco por cento, é preocupante, esta situação em termos orçamentais, mas também, face à situação económica que a Europa vive, o país e também o nosso concelho estão a viver, há coisas que, possivelmente terão de ser, dado que no conjunto foram investidos, entre comas, em contas de gerência, em capital cerca de doze/treze por cento das correntes. Isto de alguma maneira, em termos de futuro é muito preocupante. A Câmara tem dificuldades, teve em dois mil e doze, eventualmente em dois mil e treze também irá ter. Ainda há pouco o Carlos Lima falava numa situação que tinha a ver com a permuta feita com uma unidade hoteleira, também é uma maneira, em termos de futuro, criar esse tipo de situações de permutas, de entidades que não conseguem, que não têm capacidade neste momento de liquidar a água, ou outras coisas, temos de encontrar maneiras de resolver esta situação. Nós da parte do PS, disponibilizámo-nos para, que no orçamento passado abordássemos e falássemos, nunca ninguém nos contactou para saber qual seria também a nossa ideia para resolvermos, ou contribuímos para algum tipo de resoluções. Neste preciso momento estão aí algumas encerradas, tentar pôr em prática, porque no passado a Lei era muito severa, no que diz respeito à situação da autarquia. Hoje continua a ser severa, mas temos de ter ideias, e focalizarmo-nos pela Lei, talvez seja uma maneira de resolvermos em Albufeira alguma das situações. É certo também, no que diz respeito a este documento, de dois mil e doze, toda a acção que a Câmara fez nesta demonstração, contrariamente àquilo que havia nos anos que já passaram, onde só existiam duas revisões, a Câmara em dois mil e doze, fez vinte e nove revisões ao orçamento. É preocupante quando se faz muitas revisões, é muito preocupante."-----

Presidente da Câmara: "Começando pelo fim, não foram vinte e nove revisões, está incluído também as revisões orçamentais, foram talvez umas três, o resto são



alterações, é diferente. Agradeço a sua preocupação com as contas, o que é facto é que contas são contas, como se costuma dizer, são a verdade, enquanto o orçamento é uma previsão, isto não. No entanto, em termos da execução do orçamento, não esquecer que, na parte da despesa está incluída a dívida que temos tido, a descer gradualmente."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO:-----

Votos Contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima e Sara Serra. -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

PONTO OITÁVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2013, conforme determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO:-----

Votos Contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima e Sara Serra. -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----



A proposta é aprovada por maioria. -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do processo relativo à contratação de um empréstimo bancário para reequilíbrio financeiro, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro: -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente: "Das propostas que foram apresentadas pelas entidades bancárias, a pergunta ao senhor Presidente da Câmara é a seguinte: estava prevista inicialmente, que a situação do pagamento iria decorrer em vinte anos, a banca, julgo que esteja a propor quinze, cinco anos é afogadinho. É de lamentar esta situação, e é pena que os banqueiros ou os bancários não estejam aqui, para ter a sensibilidade da situação em relação ao que os números representam em cinco anos. É certo que em cinco anos os juros seriam diminuídos, mas a autarquia teria uma capacidade diferente, de em vinte anos fazer o seu pagamento, em quinze anos é um aperto. É um aperto de tal ordem, que há obras que irão ficar esquecidas, o dinheiro não é elástico, antes pelo contrário. E a parte da banca, possivelmente alguns que estão a concorrer, estão também a ser subsidiados, em comas, pelo Estado Português, pelos nossos impostos, e não prestam um auxílio à situação da Câmara. É certo que esse assunto foi bastante discutido ao nível da autarquia com a banca, mas daqui a mais alguns anos a Câmara terá de pedir a prorrogação do prazo, e aí será mais uma machadada em juros. É uma preocupação senhor Presidente, não é por nada, como deve calcular, da bancada do PS iremos votar contra esta situação, porque nós não fomos nem ouvidos nem achados para este tipo de situação. Pergunto também, se já foi assinado o protocolo do PAEL, dos tais vinte milhões."-----

Luis Fernandes: "Como leigo nestes assuntos, que empréstimo é este que estamos a tentar contrair."-----

Presidente da Câmara: "Para responder ao senhor Vitor Clemente, que falou nos quinze anos, no dia três de Outubro esta Assembleia Municipal aprovou o programa de apoio financeiro, onde estava inserido uma verba relativamente ao PAEL, e em relação ao reequilíbrio financeiro, com a banca era dez milhões. Entretanto do PAEL, foi comunicado a aceitação de vinte milhões, no princípio de Dezembro, à qual respondi imediatamente, porque eles não consideraram aquela verba que foi sendo paga, foi anulada no empréstimo. E desde essa altura, temos estado à espera, e simultaneamente, fui fazendo consultas aos bancos para contrair os dez milhões de euros, consultados todos os bancos, na primeira consulta, no início de Janeiro, só respondeu a Caixa Geral de Depósitos, com três milhões de euros. Não completou os dez anos, e ao alterar os critérios de negociação, com contactos com a DGAL, e na



altura, o Tribunal de Contas, foi aconselhado anular a consulta, e iniciar uma nova consulta, de onde resultou 10 milhões, que já só são sete milhões quatrocentos e sessenta e dois mil, salvo erro, e agora já está completa, em termos de respostas, três milhões com a Caixa Geral de Depósitos, três milhões e meio com o BES, e um milhão e novecentos e sessenta e dois mil, salvo erro, com o Crédito Agrícola, tudo a quinze anos. O empréstimo já estava aprovado por esta Assembleia Municipal, e só voltou a esta Assembleia porque houve alterações de critérios de aprovação, que em vez de vinte anos passou a ser quinze. Só que, nesta altura, do empréstimo de dez milhões de euros já foram pagos cerca de três milhões de euros, portanto já só temos cerca de sete milhões de euros para pagar deste empréstimo. Relativamente ao PAEL, já estava aprovado pela Assembleia, já estavam aprovados dez milhões, mas agora já só são necessários sete milhões. Já foi publicada no Diário da República, a aceitação, e após a aprovação desta Assembleia, e após os contractos com estes três bancos, será enviado para Lisboa para ser assinado, o acordo para depois ser enviado para o Tribunal de Contas."-----

Luis Fernandes: "Se me permite, tenho sempre alguma dificuldade em perceber, estamos a pedir dinheiro para pagar aquilo que se deve. O que está aqui em causa, é sempre a última situação. Enfim, alguns dos nossos colegas de bancada, irão dizer que em termos nacionais também o outro fugiu e deixou o país no estado em que deixou, não vamos falar sobre isso e vamos falar dos outros que fugiram para o turismo. Tenho sempre alguma dificuldade em perceber, seja onde for, seja em casa particular, se alguém empresta dinheiro é para pagar. Cada um deve calçar as botas que tem, não deve vestir as calças do pai, embora também haja aqui alguns dos meus colegas de bancada que gostam muito de vestir essas calças. Essa é a minha opinião, eu pessoalmente votarei contra, sou contra essa situação. Obrigado."-----

Francisco Oliveira: "A minha pergunta é, face à situação económica do município, se realmente está acautelado a realização de despesas dada a redução de receitas, apesar de toda uma série de taxas e impostos municipais terem aumentado, a minha questão é, apesar de todas as questões colocadas ao Professor Carlos Lobo, mesmo aumentando, será que o aumento irá produzir a receita necessária para depois fazer face ao pagamento do capital. Era só este esclarecimento, apesar de, como o senhor Presidente já disse, já ter reduzido, mas a preocupação é que estamos a falar em cerca de vinte milhões."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite, eu não estava a pensar intervir, mas às vezes custa-me ouvir determinado registo de intervenção que é feito aqui. Eu penso que o debate político e democrático, num local como esta digna Assembleia, dever ter alguma inovação, deve ser elegante. O que se ouve aqui por vezes é algo que ultrapassa todas essas medidas, e quando se fazem insinuações, deste género, dentro de uma Câmara,



essas insinuações não deverão mandar para o ar, à espera que, enfim, alguém lhe caiba essa carapuça. Muitas vezes manda-se para o ar, quando essa carapuça cai mesmo a quem a manda para o ar, e por isso, as "calças do pai" se calhar estão no sítio certo daquele que fala delas. Depois, falam que há quem tenha fugido para o turismo, esquecem-se realmente dos outros que fugiram para Paris. Antes de se atirar as pedras, devem ver se há telhados de vidro, porque não se atiram as pedras quando se tem telhados de vidro. Enfim, o que eu queria realmente exortar, era para que o debate seja feito dentro daquilo que são as regras parlamentares, com a componente necessária, com a oposição necessária, com o debate de ideias, mas não lançando este tipo de afirmações, que não privilegiam em nada, nem a Câmara nem a sua bancada."----

Carlos Lima: "Era para saber quais foram os juros que foram negociados para este empréstimo, dos três milhões à Caixa, dois milhões e meio ao BES, e um milhão e tal mil à Caixa Agrícola. Se os juros são menos, e qual foi, e como é que funcionou mais ou menos, porque eu não faço ideia como é que se fazem essas propostas, como é que isso funciona, e para tentar perceber se aí há alguma margem de manobra da Câmara desistir deste e aceitar mais daquele que tem o juro menor, portanto era só um esclarecimento sobre isso, para saber mais ou menos os juros de que nós estamos a falar. E depois era para alertar, que esta Assembleia ao aprovar este empréstimo, estará a ser o responsável pelo pagamento, e agora como a Lei quase todos os dias está a mudar, eu não sei se não seremos responsabilizados, pessoalmente, para o caso da Câmara não pagar. Eu garanto que pago aquilo que eu pedir para mim, portanto custame um bocado, se bem que não seja muito favorável aquilo que diz o meu amigo Luis, que não se deve pedir dinheiro, deve-se pedir, tem que se ter é controlo, senão isto parava tudo, e aí relembro aquilo que disse um grande amigo de algumas pessoas daqui, que não meu, que é o Sócrates, que dizia que as dívidas sempre existiram, temos é que saber administrar, portanto eu aí concordo plenamente com ele, mal de nós, e mal de quem não deve, e uma das coisas que eu acho estranhíssima no discurso nacional é dizer, nós vamos, e depois quero ver como é que isto funciona, nós vamos gerir o país de maneira a que isto seja zero, aquilo que nós compramos é aquilo que nós gastamos, o que quer dizer que vamos deixar de pedir. Eu estou com muita pena dos mercados, o que é que eles farão a seguir? Quando não tiverem quem lhes peça dinheiro. Isto é o discurso para partidos. Eles querem, eles estão lá para isso, agora eles querem que se pague, parece-me que também não estão a utilizar as melhores formas para que seja possível receber, mas isso é outra coisa, parece-me é que eles vão até ao ponto de que estás quase a morrer. E eles com os juros já recebem o que emprestaram, e chega e sobra. Mas para não me alongar mais, a minha questão era sobre os juros e lembrar que nós temos de estar conscientes que quando aprovamos estas coisas, eu agora estava a brincar um bocado, não estou a pensar pagar este empréstimo, agora, alguém



o vai pagar, e quem vai pagar são os que vêm depois de nós, portanto, não estou de maneira nenhuma, a meter em questão a gestão de quem vai gerir este dinheiro, penso que o fará da melhor maneira, só que temos de ser ponderados, e saber se realmente temos capacidades, se os prazos são os correctos, se os juros serão os melhores, porque alguém vai ter de pagar isto, serão os nossos filhos que vão ter de pagar, por muito boa gestão, e eu acredito que sim, do actual Presidente, e dos que vierem a seguir, não tenho dúvidas que se tenta sempre gerir da melhor maneira, eu penso que todos tentam fazer isso. Agora temos é de estar conscientes que estamos a pedir uns milhões, e que vão ter de ser pagos. Era só isto, e gostava de saber, se realmente esta negociação foi bem feita e como é que ela foi feita, suponho que foi da melhor maneira possível. Era só essa curiosidade que eu queria saber, se realmente os bancos, neste caso, se têm todos os mesmos juros, é que eles aproveitam-se."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão dos juros, Caixa Geral de Depósitos é de seis por cento, o BES sete, e o Crédito Agrícola cinco virgula setenta e cinco, e a Euribor a seis meses."-----

Carlos Lima: "Eu já deixei aqui registado que não vou pagar nada."-----

Presidente da Câmara: "O plano de reequilíbrio financeiro que foi aprovado em Outubro, tem previsões, projecções a vinte anos, sobre aquilo que era a evolução das despesas e sobre aquilo que é pagamento da dívida contraída por esta altura. De maneira que eu diria com alguma segurança, mas também com um sentido de responsabilidade muito alto, que é preciso algum cuidado com isto. Não podemos estar a pensar no facto de se ter reduzido quatro milhões de euros num ano, mas isto não quer dizer que seja sempre assim, porque se fosse sempre assim, era óptimo, mas esperemos que isso venha a ser possível, também com a contenção de algumas despesas que vamos fazendo, no dia a dia, e estamos sempre pensando em reduzir custos."-----

Francisco Oliveira: "Só uma questão, na perspectiva daquilo que foi falado há pouco, na prestação de contas, referiu-se que despesas correntes estavam na ordem dos oitenta e muitos por cento, isto quer dizer que vamos ter mais um acréscimo em termos de despesas de capital. É possível à Câmara Municipal suportar o custo da dívida no pagamento dos juros? Cada vez nos aproximamos mais de termos receita para pagarmos a despesa corrente, e naturalmente, com o carregar deste encargo, poderemos chegar a uma situação que não dá para as despesas correntes."-----

Presidente da Câmara: "Em termos de previsões, é possível realmente chegarmos a bom porto, como se costuma dizer, agora, o futuro a Deus pertence, e nós não conseguimos saber como é que isto se comporta. O problema das receitas, face a determinados tipos de despesas, qualquer dia é quase impossível cortar mais despesas, evidentemente que temos de compensar com outras coisas, agora, não digo que não seja preocupante porque é preocupante, mas não é alarmante."-----



Vitor Clemente: "É só uma informação, que eu julgo que o senhor Presidente saiba, a dívida de maior volume é às Águas do Algarve, se tivesse sido negociado, se tivesse havido esse tipo de abertura para os tais quinze anos ou vinte, às Águas do Algarve, o pagamento, talvez fosse uma situação diferenciada, em termos de juros. Porque a Câmara recebe dividendos, mas dos sete milhões, a grande fatia é para as Águas do Algarve. Poderíamos estar a contrair um empréstimo mais baixo ainda, negociando com as Águas do Algarve, daria algum folgo para investimento em termos do futuro."-----
Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO:-----

Votos Contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima e Sara Serra. -----

Abstenções: uma (01) Rosário Charrua -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:05 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 8 de Abril de 2013 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIA _____

A SEGUNDO SECRETÁRIA _____